



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 52

QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 92ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MAIO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — 20º aniversário de fundação da Associação Espírita Cairbar Schutel.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — O êxodo rural no País.

DEPUTADO ODACIR KLEIN — Correspondência recebida do Presidente do Diretório Municipal do MDB de Foz do Iguaçu—PR, sobre a importância da construção da BR—163, para o desenvolvimento da região sudoeste do País.

DEPUTADO OSSIAN ARARIPE — Seminário realizado pela SUDENE em Terezina—PI, sobre as alterações e implicações do sistema de incentivos fiscais por ela administrado.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Nota da Comissão Executiva do MDB, sobre reingresso do Sr. Chagas Freitas no partido.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — 70º aniversário do jornal *A Gazeta*, de São Paulo.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Inauguração de unidades do Banco Regional de Brasília, em Goiânia e Formosa—GO.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Comparecimento da Professora Mirthes Wenzel, Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — ADESG.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Gratidão do povo catarinense ao DNER, pela atenção permanente revelada ao conjunto de obras em execução naquele Estado.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Situação do atendimento do FUNRURAL em Rondônia.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1976-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre a bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas, e dá outras providências. **Aprovado**, após usar da palavra na sua discussão o Sr. Joel Ferreira. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 93ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MAIO DE 1976

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Solicitando providências da ECT, no sentido de dotar suas agências do Rio e Brasília, com selos de 5 e 10 centavos.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Desmatamento e caça predatória que estariam ocorrendo na Reserva Florestal do Parque do Desengano, no Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO SALVADOR JULIANELLI — Ascensão de Dom Tarcísio Ariovaldo Amaral, para direção de uma nova Diocese, com sede em Limeira — SP.

DEPUTADO GOMES DA SILVA — Necrológio do Dr. Hélio Goes Ferreira.

DEPUTADO JUAREZ BERNARDES — Morosidade da implantação da segunda fase do projeto de eletrificação rural de Hidrolândia—GO.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

DEPUTADO JORGE MOURA — Artigo publicado no **Jornal do Brasil**, intitulado "Estatização x Desestatização", da lavra do Senador Roberto Saturnino.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1976-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.458, de 19 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências. **Aprovado**, à promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 92ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MAIO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de

Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Meñandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria

de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; — Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; — Sinval Boaventura — ARENA; — Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti —

MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Ajuizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; — Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Associação Espírita Caibar Schutel completa hoje vinte anos de fundação.

A AECS é uma das mais bem organizadas instituições filantrópicas existentes não apenas no Município de Duque de Caxias, como também em todo o Estado e, por que não dizer, no País.

Sob a direção do jornalista Ademar Constant, a AECS mantém a Escola Abrahão Lincoln, o Preventório Pedro Ernesto, além da maravilhosa Mansão da Esperança, verdadeiro lar de sonhos que abriga 50 anciãos em suas instalações modernas.

Sr. Presidente, com o coração em festas registro o auspicioso evento, ressaltando, na oportunidade, o alto espírito fraterno, justo e perfeito de Ademar Constant e de seus valorosos companheiros de Diretoria, identificados com as gloriosas tradições do bravo povo fluminense. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há mais de mês reuniram-se os Prefeitos do vale do rio Taquari, no Rio Grande do Sul, para debater o problema do êxodo rural para os centros urbanos. O mal não é novo mas vai-se agravando à medida que passam os dias. Tratando do assunto, além de muitos pronunciamentos feitos nos meus vinte anos de mandato, voltei a ocupar a tribuna da Câmara e escrevi um artigo de jornal com o título "O Êxodo Rural e Seus Problemas".

A exemplo de outras vezes, para debelar o mal, sugeri ao Governo as seguintes medidas: reforma agrária, para possibilitar acesso à terra a todos os elementos que tenham tradição agrícola; facilidades de casa própria; crédito fácil e por juros baixos; preços justos para os produtos da lavoura; sementes selecionadas e assistência técnica, além da industrialização da matéria-prima nas próprias fontes de produção, aproveitando-se no local a mão-de-obra ociosa.

Nada disto vem sendo feito, no entanto, enquanto o homem do interior continua empobrecendo, tornando-se verdadeiro pária. Conheço famílias numerosas, com a melhor tradição agrícola, que vivem em choupanas imundas e sem o menor conforto e a menor higiene, percebendo, muitas vezes, pelo trabalho de todos em comum, menos que um salário mínimo mensal. Como pode viver e trabalhar esta gente? E não se pense que sejam os Urupês de Monteiro Lobato. São elementos que, se contassem com a compreensão dos responsáveis pelos destinos do Brasil, poderiam ser elementos altamente capazes, produzindo muito e tendo padrão de vida compatível com a dignidade humana.

Ocorrem-me estas considerações porque acabo de ler em jornais que Prefeitos do Norte e do Nordeste estão apavorados com o que vem acontecendo. Os sertanejos estão abandonando o interior em massa, engrossando ainda mais as fileiras de marginais que "vegetam" nos contornos das cidades, aumentando e agravando ainda mais os problemas sociais. Os homens, sem mão-de-obra especializada, quando encontram serviço, não passam de carregadores de sacos, e as moças em sua quase totalidade se perdem na estrada larga da prostituição.

Enquanto isto acontece, a reforma agrária continua no papel... O que se faz aqui não passa de colonização, mesmo assim colonização capenga, que atende aos interesses de ricos em prejuízo de milhões de humildes patrícios.

Os próprios Tiros de Guerra que, além de ensinar civismo ao recruta, colaborariam para manter o elemento humano no seu meio, continua praticamente no papel...

Problemas desta ordem, se não forem tratados com profundidade, acerto e urgência, estarão dando campo fértil para os comunistas semear suas idéias. Foi através deste processo que o comunismo chegou ao poder na Rússia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recebi, do Presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro, de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, Dr. Antônio V. Moreira, a correspondência que peço seja transcrita nos Anais do Congresso Nacional e que versa sobre a necessidade urgente da construção da planejada BR-163.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR KLEIN EM SEU DISCURSO:

Exmo. Sr. Deputado Federal Odacir Klein

Brasília

Prezado Senhor:

Há tempo, o povo do oeste paranaense, oeste catarinense e noroeste rio-grandense vem lutando pela imediata construção da

planejada BR—163, de modo a promover-se mais rapidamente a integração nacional do oeste brasileiro. Favorecerá realmente o desenvolvimento e povoamento homogêneos do País, evitando o superpovoamento do litoral, de imprevisíveis consequências. É também estratégica, por interligar vários Exércitos, pelo oeste.

Com o início das obras da Hidroelétrica de Itaipu, esta rodovia passou a se constituir, a nosso ver, em absoluta prioridade. Para o oeste do Paraná, descongestionará a parte final da BR—277, evitando inúmeros acidentes e a morosidade dos transportes, facilitando outrossim o abastecimento da região, em todos os sentidos.

No extremo oeste paranaense, já está se verificando extraordinário crescimento populacional. Este contingente humano, que tende a aumentar em progressão geométrica, precisa ser suprido de alimentação, vestuário e outros utensílios necessários à vida. A ligação rodoviária direta, do oeste paranaense com a agricultura do oeste catarinense e com a região agrícola e industrial do Rio Grande do Sul, apresenta-se como de incomensurável importância. Para catarinenses e gaúchos, por seu turno, constituir-se-ia esta estrada um meio rápido e econômico para o escoamento de suas riquezas, com o consequente barateamento dos preços para os consumidores paranaenses.

Urge, portanto, a imediata construção da BR—163, pelo menos entre Irai, no Rio Grande do Sul, e Medianeira, no Paraná, parte já em obras. O DNER tem seu cronograma e deve encontrar dificuldades para realizar de imediato este trabalho, como as circunstâncias exigem. Qual a solução? Ficar esperando por um gesto paternalista? Poderá vir tarde demais.

Devemos unir as forças regionais dos três Estados sulinos e, com quem mais se dispuser a colaborar, empreender a obra. Sugerimos a criação de uma empresa, formada basicamente por todos os municípios diretamente interessados na obra e algum outro órgão governamental. Poderia, inclusive, *verbi gratia*, denominar-se "Companhia Pró-Estrada do Colono" — COMPROESCO. Esta empresa conseguiria previamente junto ao DNER e outros órgãos competentes, assegurar o direito de cobrar pedágio, na estrada, até a cobertura total das despesas. Com essa garantia angariariam fundos, mediante financiamento, construindo a almejada rodovia, tudo sob a devida fiscalização do DNER e outros órgãos governamentais.

Eis uma idéia que esperamos seja detidamente analisada por V. Ex^a e proposta a quem de direito, para que tome corpo, concretizando-se o mais breve possível esta indispensável obra viária. Auxiliará, temos certeza, acelerando a construção da importantíssima Hidroelétrica de Itaipu, minimizando os sacrifícios do povo com essa obra, desenvolvendo em ritmo acelerado todo o sudoeste brasileiro e futuramente outros Estados que serão integrados a essa estrada, propiciando ainda muitos outros benefícios à Nação.

Ficando sempre a seu dispor em tudo que for patrioticamente para o bem do povo, protestos de elevada consideração.

Saudações democráticas.

Atenciosamente, **Antônio V. Moreira**, Presidente da Executiva Municipal do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ossian Araripe.

O SR. OSSIAN ARARIPE (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como já fizera em outras capitais de Estados da sua zona de atuação, no caso Recife, Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte, a SUDENE realizou, nos dias 18 e 19 do andante, em Teresina, Piauí, um Seminário objetivando um estudo, em profundidade, do sistema de incentivos fiscais por ela administrado, suas recentes alterações e implicações, especialmente no que diz respeito à instituição do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste — FINOR — ao qual tive o prazer de comparecer e cujo desenrolar desejo analisar neste meu despretensioso pronunciamento.

À Capital piauiense compareceu todo o quadro dirigente e técnico daquele órgão desenvolvimentista, à frente o Superintendente José Lins de Albuquerque que, diga-se de passagem, quando da sessão de instalação, presente o Sr. Governador do Estado, ministrou uma verdadeira aula de sapiência, abordando a matéria sob os mais diversos aspectos.

Os trabalhos constaram de uma fase inicial, constituída de palestras e conferências e uma outra, final, dedicada aos debates entre os técnicos da SUDENE e as classes empresariais piauienses, ali representadas por um elevado número de investidores.

Dentre as palestras e conferências pronunciadas, por um dever de justiça e levando-se em consideração a desenvoltura, brilho, clareza de linguagem, profundidade e erudição dos autores, devem ser destacadas as proferidas pelos técnicos: Luiz Carlos Vinagre, Diretor do Departamento de Incentivos Fiscais; Paulo de Tarso Moraes e Souza, Chefe do Controle de Incentivos Fiscais; Agenor Freire Brasilino, Coordenador dos Projetos Agropecuários; Abdias Moura, Chefe do Setor de Controle de Projetos, e Eduardo Garcia, emérito expositor.

Nos debates, onde tiveram oportunidade de dirimir todas as dúvidas levantadas, responder as mais variadas perguntas, demonstrar absoluto conhecimento do assunto em discussão e um total domínio das normas e legislação atinentes, merecem real destaque e especial menção as intervenções dos Drs. Humberto Ribeiro Alves, Coordenador do Grupo Metalúrgico e Mecânico; Marcos Júlio Cavalcante, Assessor de Relações Externas; Antônio Castro Rego, Assessor da Superintendência para Assuntos de Informação; Nelson Gusmão, Chefe do Setor de Auditoria; José Vieira de Lira, Coordenador do Seminário; Laércio Cirno, Chefe de Setor; Roberto Normando, Colaborador do Setor de Reformulação da Sistemática e Luiz Almeida, Técnico Agropecuário.

É de se sublinhar, igualmente, a ação da representação local da SUDENE, que se houve com muito acerto no relacionamento com os participantes do Seminário.

O conclave caracterizou-se pelo diálogo franco, claro e amistoso entre as classes empresariais e os prepostos da SUDENE, demonstrando estes, de maneira inequívoca, a dedicação, empenho, interesse e esforço no sentido de que a política de incentivos fiscais seja compreendida, por aqueles que dela lançam mão, e alcance o seu objetivo principal, qual seja, uma incomensurável contribuição para o progresso e desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Os positivos efeitos do sistema de incentivos fiscais, administrados pela SUDENE, inicialmente calcado nos artigos 34/18 e, posterior e atualmente, através do FINOR, foram enumerados e discriminados, de forma indiscutível e indubitável.

Em verdade, ficou fartamente comprovado que, se no exercício de 1974, a liberação de recursos, por parte da SUDENE, para projetos por ela aprovados, somou a quantia de 1.400 milhões de cruzeiros, no ano de 1975 tal cifra elevou-se a 3.100 milhões de cruzeiros, e, em 1976, nos precisos termos das baseadas previsões estabelecidas, alcançará a importância de 4.500 milhões de cruzeiros. Inexistissem outras imensas obras já executadas pela SUDENE, o que não é verdadeiro, tais inversões de recursos, por si só, já se constituem numa cabal e irrefragável contestação àqueles que, por falta de melhores informações, atribuem ao órgão, falsamente, as condições de omissão e inoperante.

Ao registrar, desta tribuna, o Seminário de estudos, realizado pela SUDENE na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, sobre os mais amplos e detalhados aspectos do vigente sistema de incentivos fiscais para o Nordeste brasileiro, desejo fazer o fato chegar ao conhecimento dos patriotas que habitam os mais longínquos quadrantes do País e, ao mesmo tempo, render minha homenagem à cultura, erudição, patriotismo, honestidade, competência profissional e idealismo de todos os servidores daquele órgão de desenvolvimento presentes à reunião.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE(Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Chagas

1 — Não gosto de falar dos mortos, principalmente falar mal. Mortos devem ser respeitados: quem morreu é sempre um bom, mesmo que tenha sido um tipo péssimo, em vida.

Morreu, passa a ser bom, essa a regra piedosa que todo o mundo adota.

Quem trata de defuntos é coveiro ou papa-defunto, duas profissões muito dignas e respeitáveis, mas que poucas pessoas gostam de exercer por motivos um tanto óbvios.

2 — Mesmo não gostando de falar de mortos, vou falar de um, mas há uma atenuante: não se trata de um defunto propriamente dito, mas de um defunto vivo e bem vivo, aliás.

Trata-se do cidadão Chagas Freitas, o qual sempre combatei quando era alta autoridade, tinha poder e usava e abusava desse poder. E agora não é mais nada.

Nada deu dele mesmo, o que não representa valor algum: é zero ou abaixo de zero. Nem mesmo pertence a partido político algum existente, e, se pertence a algum partido é ao "seu partido", isto é, um partido especial que só serve para que ele se sirva dele, à vontade.

Ao MDB, partido a que diz que pertencia e ao qual nunca serviu,, ou melhor, desserviu, ele não pertence mais: desligou-se voluntariamente e felizmente.

Diz Antônio de Almeida, o esplêndido doutor baiano de Macajuba, que atua na Rádio Tupi do Rio, a grande e excelente emissora que deveria ocupar lugar mais destacado em IBOPE de fato e não encomendado: quem não vive para servir não serve para viver.

É o caso de Chagas Freitas, sem alteração.

E é preciso não confundir servir com servil...

3 — Enfim, vou falar, ainda, de Chagas Freitas, mesmo que isto me constanja.

A Comissão Executiva do MDB, o meu partido, em nota publicada em 8 de abril deste ano, após uma série de considerações, ao examinar "a intenção do Sr. Chagas Freitas, declarada por um dos seus liderados na Assembléia Legislativa do Estado, de reingressar proximamente nos quadros do MDB", conclui:

"Ao examiná-la, no que se refere ao comportamento do Sr. Antônio de Pádua Chagas Freitas, a Executiva Nacional resolveu considerá-lo pessoa de posições políticas incompatíveis com o Programa do Partido."

Poderia estender-me em longas considerações sobre Chagas Freitas e sua conduta, aliás má conduta. Não como Governador e administrador que, em má hora, ele foi.

Nem é preciso: já disse muito, quando ele era poder, tinha força e podia usá-la em sua defesa. Agora que ele não é nada, seria até covardia.

Posso, porém, dizer alguma coisa sobre o Chagas Freitas como político.

Ele deixou o MDB, mas deixou no Partido um rastro nítido, mas nada recomendável para ser seguido. Esse rastro tudo faz para cobrir a sua retaguarda (a dele, Chagas), apagando, aqui e ali, o que há de pior. E "faz misérias", principalmente usando os jornais da cadeia Chagas Freitas.

Aqueles dois jornalecos que funcionavam em um porão, uma escura caverna lá na Rua Larga (Rua Marechal Floriano, no Rio) e agora ocupam um moderno edifício na Rua Riachuelo, com guardas por todos os lados, e onde é exigido documento de identidade para nele se ingressar. Mais difícil que em um quartel. Será que é medo de bomba?

Pois bem, os dois jornais de Chagas, quando das cassações de alguns congressistas do MDB, exultavam com enormes manchetes como:

"Cassados mais dois subversivos do MDB"

Notem bem, Srs. Deputados, mais dois!

O que insinuava que ainda havia muitos outros subversivos por cassar.

Isto, enquanto os outros jornais, jornais mesmos, tradicionais e acatados, noticiavam as cassações, comentavam-nas com seriedade e correção. Sem manchetes e linguagem espalhafatosa.

Aliás, há coisas engraçadas: há uma revista, lá no Rio, que se chama Pasquim, feita por jornalistas competentes, bons jornalistas de fato.

E há dois "jornais" que se inculcam como jornais e que, na realidade, não passam de pesquisas.

Isto é: um **Pasquim** que é um jornal e dois "jornais" que são pasquins...

Coisas que acontecem...

Conclusão: Chagas saiu do MDB, mas continua a desservir o MDB, partido a que ele nunca serviu, nem quando se dizia do MDB.

Agora quer voltar.

Ou melhor, quis voltar, mas a Executiva Nacional cortou-lhe as asas, as agourentas asas de pássaro agourento.

Vai, Chagas Freitas! Vai para outras bandas, se houver alguma banda que o receba e aceite.

Mas vá e fique por lá e, sobretudo, esqueça o MDB.

Que precisa de quem sirva ao Partido e ao seu Programa com fidelidade e convicção.

Parodiando o excelente Antônio de Almeida, o brilhante, fluente e culto locutor da Tupi do Rio, posso dizer, finalmente:

"Quem só vive para servir a si mesmo, não serve para o MDB nem serve para viver".

É o caso: Chagas Freitas só serve para servir a ele mesmo.

A ele e ao seu "rastros", se for o caso, aliás.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FLORIM COUTINHO EM SEU DISCURSO:

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA EM 8-4-76

A Comissão Executiva do MDB tomou conhecimento de denúncia apresentada pela Maioria absoluta de Membros do seu Diretório Nacional relativa ao ex-filiado ao partido, o Senhor Antônio Pádua Chagas Freitas, cujo comportamento é considerado, pelos signatários, frontalmente contrário à linha partidária e ofensiva a alguns dos seus mais acatados líderes.

A representação, além do relato de fatos significativos, ocorridos no âmbito da Secção Regional Fluminense, que caracterizam o comportamento referido, vem documentada com recortes de dois jornais do Rio de Janeiro, notoriamente vinculados ao Senhor Chagas Freitas, com acusações graves e falsas a companheiros eminentes que só têm dado ao MDB motivo de orgulho e razões para o mais elevado respeito, como é o caso do Senador Amaral Peixoto, além de veicularem farto noticiário injurioso a Companheiros que foram atingidos por cassações de mandatos.

A Representação revela, ainda, a intenção do Senhor Chagas Freitas, declarada por um de seus liderados na Assembléia Legislativa do Estado, de reingressar proximamente nos quadros do MDB.

Ao examiná-la, no que se refere ao comportamento do Senhor Antônio de Pádua Chagas Freitas, a Executiva Nacional resolveu considerá-lo pessoa de posições políticas incompatíveis com o Programa do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A presença de qualquer jornal — mesmo modesto e tranqüilo mensário interiorano — representa uma conquista para o País e para o povo, tal é a importância e tamanha é a significação da Imprensa na vida nacional. Qualquer efeméride que assinala mais um aniversário da existência de qualquer jornal é sempre uma data feliz.

E mais feliz e mais representativa quando a celebração pode alcançar o marco dos 70 anos de vida, e quando o jornal é um expoente como **A Gazeta**, honra singular da Imprensa paulista.

Alvorecia o século XX quando o idealismo de Adolfo Araújo ofereceu — no dia 16 de maio de 1906 — à gente paulista o primeiro exemplar de **A Gazeta**, o vespertino que se transformaria, desde o nascedouro, numa das predileções diárias do leitor metropolitano. A morte, demasiado cedo, arrancou das mãos de Adolfo Araújo o bastão do comando. Um ou outro sucessor, menos dotado para o áspero ofício, como que pressagiava um próximo naufrágio. Mas, a tempo acudiu um timoneiro capaz — Antônio Augusto Covelo, grande advogado e grande orador, que susteve o rumo, mas que logo cansou do esforço.

Todavia o destino trazia nos seus desígnios a escolha de um jornalista de tempera forte, de cultura invulgar, de extraordinária capacidade de luta, de bravura quase temerária — Casper Líbero — que iria fundir o seu nome imperivelmente ao próprio nome do jornal.

Casper Líbero e **A Gazeta** tornaram-se num só!

Sob o comando alteado e bravo, lúcido e eficaz de Casper Líbero, **A Gazeta** se tornou o primeiro e o mais avidamente disputado de todos os vespertinos paulistanos. Era o jornal líder, por excelência.

Jornal e jornalista pagaram todos os preços de sua altivez e de sua combatividade.

Depredações, saques, incêndios, prisões, exílios — tudo pesou sobre Casper Líbero e sua equipe. Duas revoluções — as de 30 e de 37 — custaram ao homem e à empresa "sangue, suor, trabalho e lágrimas". O Movimento Constitucionalista, de 32, verteu das páginas valentes de **A Gazeta**.

O lutador, nunca intimidado, sempre voltou à sua trincheira. E fez expandir e crescer o jornal, acometendo inclusive pelo jornalismo falado. Casper Líbero tinha a fibra do lidador que não cansa nunca. Foi preciso que a morte, emboscada num pavoroso desastre aéreo, arrastasse para o fundo do mar o corpo do batalhador para que a sua luta cessasse.

Mas, a semente que Casper Líbero fez transformar em árvore magnífica já tinha raízes imperecíveis. E **A Gazeta** continuou, sob novos comandos, a trilha em que fora lançada.

E aí está ela, nos dias de hoje, confiadas principalmente às mãos dos comandantes Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, honrando a Imprensa de São Paulo e do Brasil.

Registro o 70º aniversário de **A Gazeta** com emoção e com orgulho; e aos que a dirigem e a redigem ofereço o penhor do meu apreço de cidadão e a minha solidariedade de homem público.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nosser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O dinâmico Governador do Distrito Federal, Sr. Elmo Serejo Farias, imprime à sua obra administrativa um sentido de elevação e patriotismo, contanto possa o Chefe do Executivo da Capital Federal diversificar o seu plano de ação, que atende diretamente às camadas da população urbana e rural do Quadrilátero de Cruls.

Engenheiro altamente capacitado para o desempenho de sua missão, o Sr. Elmo Serejo Farias soube corresponder à irrestrita confiança do eminente Presidente Ernesto Geisel, que vem proporcionando plena cobertura econômico-financeira aos programas administrativos do Governo local. Ocorre, por outro lado, a incontestável

repercussão da obra do Governador Elmo Farias junto à opinião pública de Brasília e áreas limítrofes.

Merece destaque, neste quadro analítico, o que vem realizando o Governador da Capital da República, no que tange à disseminação de agências do Banco Regional de Brasília, sendo de evidenciar a instalação de filiais fora do Distrito Federal, fato que se comprova com a inauguração de unidades do Banco Regional de Brasília, em Goiânia e Formosa.

Consta da programação de S. Exª o propósito de instalar agências do Banco em referência em São Paulo e no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras.

Há de notar-se, sobretudo, os ângulos inteiramente novos do Governo Elmo Farias, instaurando uma nova linha de crédito, flexível, em nível a atender, com velocidade, a faixa rural, através de financiamentos a longo prazo ao pequeno e médio produtor do campo, sem prejuízo de concessões de crédito inteligentemente estudadas e aplicadas nos setores secundário e terciário.

Podemos, hoje, dizer que o Banco Regional de Brasília tornou-se uma instituição creditícia expressiva, tal é a ampla visão do Governador Elmo Farias e de seu lúcido escalão imediato.

Apresento as minhas manifestações de alta admiração e de plenos aplausos à gestão de S. Exª, por estar perfeitamente em consonância com a filosofia revolucionária do Presidente Ernesto Geisel. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O comparecimento da Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Profª Mirthes Wenzel, à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, foi um acontecimento digno de se registrar nos Anais desta Casa, pois demonstra interesse em se dizer, a um grupo seletivo, de respeitabilidade e responsabilidade incontestes, os avanços que estão sendo realizados neste setor do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A Profª Mirthes Wenzel vem-se revelando pessoa pronta ao diálogo, aberta aos debates, assumindo papel preponderante nos escalões maiores do Governo Faria Lima, conseguindo dirigir com firmeza e acerto uma das maiores Secretarias de Governo. Essa Secretaria tem uma soma de problemas de difícil solução, envolvendo quadro de pessoal numeroso e comunicando a ação do Governo através do contato direto com a comunidade, representada por alunos e seus responsáveis.

Aos estagiários do Curso da ADESG a Sra Mirthes Wenzel disse que pretende implantar, até 1979, a municipalização do ensino de 1º grau em todos os municípios que disponham de recursos materiais e humanos, tendo por parte do Estado a assistência técnica.

Destacando o desempenho das Comissões de Assistência à Rede Escolar (CARE), a Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro esclareceu a finalidade destes grupos, destinados a recuperar e conservar os prédios escolares, com a participação da comunidade. Aquelas Comissões começaram a trabalhar em outubro do ano passado, com uma verba de 38 milhões de cruzeiros e recuperaram 1.200 escolas das 1.520 previstas no plano.

E mais souberam os estagiários, pois a Secretária Mirthes Wenzel informou que a Secretaria de Educação adquiriu 84.133 carteiras e tem solicitação da rede escolar de mais 45 mil, que ainda não puderam ser entregues por atraso dos fabricantes.

"Para melhorar o equipamento das escolas de 2º grau, na área profissionalizante, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro assinou convênio com o MDC, no valor de 510 mil e 400 cruzeiros. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento científico e tecnológico equipando as escolas de 2º grau com salas de desenho e datilografia, escritórios-modelo, laboratórios de Química e Eletrotécnica. O projeto abrangerá 13 escolas nos municípios fluminenses

de Barra do Pirai, Parati, Nova Friburgo, Petrópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói e Resende."

Flagrantes outros, de sua atividade, foram enfocados pela Secretária Mirthes Wenzel, como por exemplo, no setor cultural, a recuperação de diversas cidades históricas.

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra é uma entidade que objetiva reunir, em encontros periódicos, personalidades de relevo das elites dirigentes, identificando-os com os problemas brasileiros, assimilando a realidade nacional dentro de um sistema livre de aprendizado, no mais alto nível, onde os debates afloram e deixam equacionadas as questões suscitadas.

Assim, Sr. Presidente, a presença da Sra. Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, perante aquela Associação, tem sentido histórico e patriótico, permitindo fossem avaliados os esforços e empenhos dos educadores, no Estado do Rio de Janeiro, um dos mais importantes centros culturais do nosso País.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É comum, na estação chuvosa, principalmente nos vales inundáveis, a ocorrência de sérias interrupções nas rodovias, provocadas pela queda de barreiras, pela elevação dos leitos dos rios, ou pela infiltração, sob o capeamento asfáltico, das águas pluviais e fluviais.

Foi o que aconteceu, no último verão, no Estado de Santa Catarina.

Felizmente, graças à vigilância do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a imediata solução das interrupções surgidas não deixou que o tráfego se prejudicasse, reduzidos a proporções menores os prejuízos dos transportes.

A BR—101—SC teve o seu tráfego desviado por algumas horas, mas, durante sua curta interdição, o escoamento se processou, normalmente, pela BR—116, onde a queda de barreiras, na Serra do Espigão, em outra oportunidade, foi superada, em poucas horas, desobstruindo-se a pista num ponto crucial entre Mafra e Lages.

Em outros trechos, reduzido o tráfego a meia pista, os trabalhos de reconstrução prosseguem em ritmo apreciável, satisfatória, para os usuários, sua utilização.

Quanto à rodovia BR—282, a necessidade de cortes e aterros, entre Joaçaba e Pinhalzinho, embora algumas dificuldades ao tráfego, não acarretou qualquer interrupção.

A mais atingida, no último verão, foi a Rodovia BR—470—SC, ao longo do Vale do Itajaí, em vista da maior intensidade das precipitações pluviométricas, duramente castigado o trecho entre Blumenau e Rio do Sul, estabelecendo-se, depois de algumas horas, — embora precariamente — por meio de uma variante, utilizando-se meia pista, até o total restabelecimento.

As quedas de barreiras, nas Serras dos Ilhéus e dos Pires, não chegaram a causar a interrupção total da BR—116, graças às imediatas providências do DNER quanto à remoção do material caído.

Continuam os trabalhos para melhorar o acesso a Florianópolis, ligando-a a São Miguel D'Oeste, como via semi-expressa, para uma velocidade de cem quilômetros horários, iluminada em todo o segmento, estimando-se o investimento em cem milhões de cruzeiros.

Paralelamente, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem investe vinte e cinco milhões de cruzeiros na restauração dos quilômetros 222 a 260 da BR—101, obras que deverão concluir-se até fevereiro de 1977.

Essa atenção permanente, revelada ao conjunto de obras em execução, credencia o DNER à gratidão dos catarinenses, e assegura-nos a eficiência e continuidade dos transportes, com as necessárias

medidas de segurança, aspecto infra-estrutural de inegável importância para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O Sr. Jerônimo Santana (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O FUNRURAL tem investido somas elevadas com a assistência médica hospitalar em Rondônia e Acre. Os hospitais recebem mensalmente a verba do FUNRURAL, para o atendimento do homem do campo carecedor de recursos ou contribuinte desse fundo como produtor rural.

Os hospitais recebem também equipamentos que lhes fornece o FUNRURAL, numa preocupação louvável com assistência médica ao homem do campo.

Viajando pelo Território, recentemente, observamos e analisamos o problema médico-hospitalar e chegamos à conclusão de que os recursos do FUNRURAL, encaminhados à estrutura médico-hospitalar de Rondônia, ainda não chegam para beneficiar propriamente o homem do campo. Foi constatado que as verbas do FUNRURAL encaminhadas aos hospitais são objeto de rateio entre os médicos, salvo honrosas exceções, rateio esse feito sem o correspondente atendimento de pacientes. Essas denúncias vêm-nos de um médico honesto e de espírito humanitário. As distorções se dão porque o FUNRURAL, nesta região, está só com a preocupação de entregar o dinheiro e os equipamentos para cada hospital e não fiscaliza a aplicação correta desse dinheiro.

Verifica-se, pois, nos hospitais, que não existe ainda um representante do FUNRURAL para proceder ali, mediante entrevista, o encaminhamento dos trabalhadores rurais que fazem jus ao tratamento médico correspondente ao dinheiro entregue aos hospitais. Nos hospitais não existe uma sala com uma placa onde esteja escrito, por exemplo, ATENDIMENTO DO FUNRURAL, para, aí, procurar o amparo, o homem que tem direito aos benefícios da Previdência Rural. O colono chega no hospital e neste não existe um funcionário para atendê-lo em nome do FUNRURAL, bem como orientá-lo, dizendo-lhe: "Você tem direito ao atendimento médico-hospitalar porque o FUNRURAL, para o qual você contribui, entregou tantos mil cruzeiros adiantados a esse hospital para ele atender aos trabalhadores rurais". E assim esclarecendo, encaminhar o colono, via de regra desinformado de seus direitos, ao médico e, se for o caso, providenciar o seu internamento no hospital.

O que se verifica hoje, na realidade, é que a burocracia existente nos hospitais, em Rondônia, não facilita, aliás impede o acesso do homem do campo aos benefícios da Previdência Social Rural. O colono, o trabalhador rural, o seringueiro, o garimpeiro nem sabem que a seu favor existe o FUNRURAL e que o hospital por ele procurado já recebeu, adiantado, o dinheiro para atendê-lo e não lhe diz que esses benefícios existem ali a seu favor, por sua causa. As guias do FUNRURAL são guardadas a sete chaves e para o homem do campo consegui-las, é preciso ter muita capacidade para brigar ou mendigar em demasia. Cria toda espécie de embaraço para atender qualquer pessoa beneficiária da assistência social, máxime aqueles amparados pelo FUNRURAL. Isto, lamentavelmente, apesar de o Fundo estar subsidiando muito bem os hospitais. Existem hospitais, e são muitos, que só foram aparelhados graças ao FUNRURAL. E atendem com muita má vontade ao trabalhador rural. A grande falha do FUNRURAL, em Rondônia, é não ter em cada hospital um funcionário seu para proceder ao atendimento e encaminhamento dos beneficiários da Previdência Social Rural aos médicos e isto é necessário que se faça urgente, caso contrário, o trabalhador rural beneficiário do direito previdenciário é confundido com os indigentes que não têm qualquer amparo previdenciário. Isso vem ocorrendo sistematicamente em Rondônia. Lamentavelmente, a maioria dos que não podem pagar consultas em hospitais, embora sendo trabalhador rural, são tratados como indigentes. O escândalo

desse fato é preciso ser corrigido urgentemente. É a irresponsabilidade da Secretaria de Saúde e dos hospitais pela grande falta de assistência e má administração. Recebem os recursos e com eles promovem até rateios entre médicos, em prejuízo do homem do campo, tratado, via de regra, como indigente. E indigente, em Rondônia, é sinônimo de abandono completo por parte de assistência médica oficial.

Falando com os representantes do FUNRURAL da região, foi alegada a falta de pessoal para exercer as missões da repartição relacionada com assistência médica. Alegaram que contavam com 65 funcionários e, agora, com o plano de reclassificação do DASP, esses funcionários foram reduzidos para apenas 13 no Acre e Rondônia; alegaram mais, que o FUNRURAL, pela sua organização, não tem quadro próprio de pessoal e aí está sua própria fragilidade. Funciona com o pessoal emprestado de outras repartições e que a política do pessoal do DASP, na região, prejudica o FUNRURAL, tirando funcionários indispensáveis ao seu trabalho. O resultado tem sido catastrófico. O dinheiro é entregue aos hospitais, esses, via de regra, consomem os recursos e o trabalhador rural nem sabe que tem direito ao atendimento médico-hospitalar por esse Fundo. Impõe-se, pois, uma reformulação urgente no atendimento pelo FUNRURAL, em Rondônia, para que se ponha fim aos rateios das verbas entre médicos que não atendem aos pacientes com os recursos recebidos.

É da maior gravidade a situação do atendimento do FUNRURAL, em Rondônia, este entregando somas fabulosas aos hospitais sem um correspondente acompanhamento e fiscalização quanto à aplicação correta desses recursos. Não basta entregar os recursos à Secretaria de Saúde e aos Hospitais, é o de menos: é preciso fiscalizar com rigor e seriedade a aplicação dos recursos em favor de seu beneficiário real, que é o homem do campo. A fiscalização, o FUNRURAL confessa que nada vem fazendo por falta de pessoal, o que é sumamente grave. Os recursos vêm sendo diluídos sem que os benefícios apareçam. É preciso uma reformulação sem o que pouco adiantará para os homens do campo, o FUNRURAL. A entrega desses recursos aos hospitais e Secretaria de Saúde, através de convênios que não são cumpridos e nem fiscalizados, redundam em prejuízo dos beneficiários do Fundo, pois a Secretaria de Saúde sabe apenas gastar as verbas com justificativas de toda ordem, menos com a sua correta e criteriosa aplicação.

Fica pois a denúncia ao Sr. Presidente Ernesto Geisel, para que determine uma urgente reformulação no atendimento pelo FUNRURAL em Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 42, de 1976-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei nº 1.458, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste Plenário, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 40, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas, e dá outras providências.

Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Parece paradoxal discutirmos matéria igual a esta e a afirmativa tem um sentido, pois, em se tratando de decreto-lei emitido pelo Senhor Presidente da República, a esta Casa só caberia rejeitá-lo ou aprová-lo. A primeira alternativa desaparece, não só porque o Governo tem maioria absoluta no Congresso Nacional, como, pela tradição seria inédito um procedimento de rejeição de decreto-lei.

A matéria que se estuda, discute e vota, nesta manhã, tem implicações com referência à política de importação do Governo Brasileiro e delega poderes ao Ministro da Fazenda para, a respeito da Zona Franca de Manaus, promover alterações que lhe aprouver.

Tenho declarado desta tribuna, reiterada vezes, que, apesar de distorções contidas na Zona Franca, — começando pelo seu estabelecimento em Manaus, na Capital, quando acho que deveria ser no interior — algumas delas já corrigidas por esforço meu e de outros, apesar dessas distorções foi a maior realização que o Governo Federal implantou no Estado do Amazonas. A Zona Franca de Manaus não tem alcançado o desenvolvimento que deveria, na região, talvez por uma razão fundamental: é que se tem modificado, com certa frequência, a sua estrutura, e com essas modificações afastam-se os investidores que pretendiam lá chegar, porque eles não sabem, eles não confiam em que os incentivos hoje concedidos possam perdurar por 1, 2, 10 anos, já que podem ser retirados ao bel-prazer do Sr. Ministro da Fazenda. Essa desconfiança tem afastado da Zona Franca de Manaus, não tenho dúvida nenhuma, muitos investidores que poderiam desenvolver aquela área, razão fundamental da instituição da Zona Franca no Estado do Amazonas. Uma área difícil pela distância, pela agressividade da selva, pelos meios de comunicações e de transportes sobretudo, e o Governo Federal, entendendo isso, implantou a Zona Franca para facilitar, mas as facilidades têm sido mutiladas através dessa falta de confiança nos incentivos, que podem ser permanentes ou absolutamente temporários na Zona Franca de Manaus.

Hoje, quando se aprova, porque desaprová-lo não vai ser possível, o decreto-lei emitido pelo Senhor Presidente da República, que pode, também, atingir a Zona Franca de Manaus, eu que votei com restrições na Comissão Mista, o faço da mesma maneira agora, porque não sei se os procedimentos futuros do Sr. Ministro da Fazenda, através das delegações a ele atribuídas ou concedidas neste decreto-lei serão benéficas ou maléficas para a Zona Franca de Manaus. Acho — se ainda não o disse de público, vou dizer — que a política de importação e exportação do Governo Brasileiro é correta, exceto se ela atingir a Zona Franca de Manaus, porque deixaria de ser Zona Franca. Quanto ao restante do País, parece-me absolutamente correto o procedimento governamental no que diz respeito à sua política de importação e exportação. Mas, no instante em que essas medidas atingirem a Zona Franca de Manaus — falo não por ser amazonense, diria as mesmas palavras se a Zona Franca estivesse em outro Estado — no instante em que esta política atingir a Zona Franca de Manaus, esta deixa de ter a sua finalidade fundamental, porque, se é Zona Franca, não pode estar, constantemente, sendo limitada nisto e naquilo, ao bel-prazer do Sr. Ministro da Fazenda. Não posso votar contra, repito, porque não sei como vai-se comportar o Sr. Ministro, mas voto com restrição, exatamente pela incógnita, isto é, a delegação de poderes que estamos dando poderá ser até que beneficie a Zona Franca — custa-me acreditar nisso, mas é possível, considerando a mentalidade, a compreensão do Sr. Ministro da Fazenda.

Dê sorte, Sr. Presidente, se V. Ex.^a, ou qualquer parlamentar chegar ao meu Estado, o Amazonas, encontrarão classes produtoras quase em pânico. Por quê? Porque não sabem quais as alterações que poderão vir para o que nós consideramos fundamental para o desenvolvimento de um Estado que ainda está longe do começo do desenvolvimento. Minha esperança, como brasileiro, como patriota é que o Governo, pelo seu Ministro específico, o da Fazenda, tenha a

devida compreensão de que a intenção do falecido Presidente Castello Branco, ao implantar a primeira Zona Franca no Brasil, no Estado do Amazonas, foi desenvolver uma área-problema, uma área carente de tudo e que, como todos os empreendimentos no início, teve muitas distorções, algumas delas — repito — corrigidas.

Já disse aqui, por exemplo, que a Zona Franca de Manaus é limitada a Manaus. Se alguém comprasse um terçado, uma enxada, uma roda de arame farpado, morando em Manaus e portanto, sem daquilo necessitar, teria o preço da Zona Franca. Mas, o agricultor, dez metros além do limite, se tivesse que comprar o terçado, a enxada, o arame farpado, pagaria três vezes por aquilo, brutalidade que não se pode entender. Grande parte destas distorções já foram corrigidas e, hoje, esses produtos essenciais à vida do homem do interior podem sair dos limites da Zona Franca com as mesmas isenções concedidas dentro dos limites da Zona Franca.

De sorte que espero, e espera todo o Amazonas, esperam as classes produtoras do Amazonas, que a proposição hoje aprovada não venha a redundar, pela delegação que se está dando ao Sr. Ministro da Fazenda, em nenhum prejuízo para o grande Estado do Amazonas que tenta, teimosamente, desenvolver-se, ainda que muito

empiricamente, mas não entrega os pontos. Luta para que possa igualar-se aos outros Estados do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Continua em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto de decreto legislativo, que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.)

ATA DA 93ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MAIO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho —

ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djulma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB;

Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; — Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; — Sinval Boaventura — ARENA; — Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Gallo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio

Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; — Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Recebi de ilustre homem público que se encontrava em Brasília mas que reside no Rio de Janeiro, correspondência dizendo, entre outras coisas:

"Neste ano — tanto aqui como no Rio — não se encontra em nenhuma Agência da ECT selos de 5 a 10 centavos, embora certos portes postais precisem dessas frações. E, como se isso não bastasse, nem de 50 centavos encontrei na Agência da W-3...

Acho que antes de a ECT criar serviços sofisticados — o que não deixa de ser louvável — deveria cuidar de problemas primários como esse, assim como dos extravios de cartas, jornais e revistas, daqui e do Rio para o nosso Estado. Quando pela tarifa ordinária, não adianta reclamar; quando registrado só aceitam reclamação depois de determinado tempo e ainda mediante pagamento! Pagar para reclamar um mau serviço, não é o cúmulo?"

Ao lado desta informação, que reclama imediatas providências por parte da ECT, a imprensa informa o seguinte: "ECT vai ter mais selos de Ecologia". E acrescenta:"

Por ocasião das comemorações do **Dia Mundial do Meio Ambiente, a 5 de Junho**, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — que lançará, um dia antes, 5 milhões de selos que têm como motivos o mico-leão-dourado e a orquídea — deverá anunciar que, em 1977, cerca de 35% dos novos lançamentos postais abordarão basicamente temas relativos a ecologia e proteção da natureza.

O Brasil, segundo o Sr. Roberto Tamara, do Departamento de Conservação Ambiental da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, só a partir de 1970 vem publicando selos sobre o tema de proteção aos recursos naturais, "dos quais dependem fundamentalmente o desenvolvimento e progresso do país.

Uma exposição a ser inaugurada em 31 de maio, no hall da Associação Comercial mostrará cerca de 1 mil selos sobre fauna, flora e recursos naturais de um modo geral, que serão dispostos em painéis que tratarão de florestamento e reflorestamento; parques nacionais; reservas naturais; proteção ao meio ambiente e poluição, além de um especial sobre primatologia. O lançamento a ser feito pela ECT — série

Preservação da Natureza — tem no mico-leão-dourado um dos motivos por estar este animal em fase de extinção no Estado do Rio de Janeiro.

PROGRAMAÇÃO

Além da exposição filatélica a ser feita pela ECT e pela FEEMA e do lançamento dos selos, outras comemorações estão previstas de 31 de maio a 5 de junho, como **conferências sobre ecologia e poluição no Clube Comercial** (Rua da Candelária, 9 — 14º andar). No dia 4 de junho a FEEMA e a ECT lançarão um cartaz alusivo à série Preservação da Natureza e o **alogan** Desenvolvimento a Baixo Custo Ecológico. Os cartazes serão distribuídos nas agências da ECT, em escolas da rede pública estadual, Prefeituras municipais e em agências bancárias, entre outros estabelecimentos.

A iniciativa da ECT é louvável, pois é mais uma contribuição em favor da conscientização do povo em torno da importância da Ecologia. Há dias foram anunciadas as criações de Cadeiras de Ecologia em todos os graus de ensino. E, agora, vem esta notícia. E para completar renovamos ao Governo a premente necessidade de dar infra-estrutura ao IBDF, dotando-o de nova política florestal, mais condizente com os interesses do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há poucos dias denunciei a ação predatória de caçadores, que não pode ser evitada por falta de recursos, equipamentos e vencimentos condignos, ou seja, instrumental adequado tendente a movimentar a Secretaria de Agricultura fluminense, que tem o seu quadro de fiscais da Divisão de Guarda e Policiamento recebendo aviltantes vencimentos, abaixo do menor salário mínimo do País.

Sr. Presidente, agora chegam-me novas notícias que, mais uma vez, me obrigam a ocupar esta tribuna.

Assim é que, a única área remanescente das matas primárias do Estado do Rio, a Reserva Florestal do Parque do Desengano (2/3 localizado no município de Madalena) sofre os rigores do desmatamento e da caça predatória e conta com um jipe e dois homens e mais o motorista, para fiscalizar os seus 20 mil hectares. Além das antas, porcos-do-mato, veados e onças-pintadas, mais a riqueza da flora, pode-se deparar com ossadas de animais e milhares de sacos de carvão empilhados nas proximidades dos fornos. Até serrarias ilegais foram descobertas pela equipe do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, que assegura a existência de ricas jazidas minerais ao redor do parque.

Acresce dizer que o Parque Florestal do Desengano, compreendendo parte dos municípios de Santa Madalena (2/3), São Fidelis e Campos, reserva estadual criada com objetivo de repovoar a flora e fauna da região, e, a médio prazo, desenvolver criadouros artificiais, aguarda a assinatura do decreto de desapropriação que vai consumir o objetivo governamental. Nesse ínterim, a caça predatória e o comércio da madeira e do carvão. São uma ameaça diária à sua integridade, pois num período de dois anos, entre o anúncio-impacto do projeto e a presença de técnicos fluminenses para delimitar a área a ser preservada, esta foi reduzida de 25 mil para 20 mil hectares, ou seja, onde se acusavam matas virgens, dois anos depois havia somente pastos.

No contexto sócio-econômico do município de Santa Maria Madalena — receptor da menor parcela de ICM do Estado do Rio — a reserva estadual é de indiscutível importância, pois ao seu redor encontra-se uma das mais ricas jazidas minerais da Região Sudeste. Esta realidade, destoante

do quadro econômico atual, foi amplamente divulgada no primeiro Governo de Getúlio Vargas, após a conclusão de minucioso levantamento de alto nível, resumido numa publicação intitulada "As Riquezas de Santa Maria Madalena", cujo único volume existente na cidade encontra-se em mãos do jornalista Ivo Scarini Marreto. Estranhamente, tais recursos não foram sequer cogitados de exploração, embora o próprio jornalista tenha visto no decorrer dos anos, dezenas de técnicos rondando locais de provável concentração mineral, em sua maioria de origem norte-americana. Esta vocação natural do município pode ter sido a causa contraditória de seu esquecimento, uma vez que nem estrada asfaltada Madalena possui, permanecendo semi-isolada nos períodos de intensa precipitação pluviométrica.

A caça, realizada atualmente em menor escala que o desmatamento, é encontrada em Sossego do Imbé, Matas de Mocotó, Muribeca, Toca da Botina e Águas Paradas: "Houve um equívoco responsável este ano pelo aumento da atividade ilegal, pois muitos pensaram que o Estado do Rio havia liberado a temporada de caça. Quando os encontramos, não sabemos como autuá-los", observou Eurico Correa Feijó.

O artigo 26 da Lei nº 4.771, de 15-9-65, é bastante claro em relação às penalidades impostas aos infratores: 3 meses a 1 ano de prisão ou multa de um a 10 vezes o salário mínimo, ou ambas as penas cumulativamente, além da apreensão do material. O Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal firmou convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro, através do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, ditando as normas de fiscalização através do Código Florestal. Segundo Eurico Feijó, a atividade fiscalizadora é mais ativa em Madalena e Campos, embora as infrações, principalmente as que dizem respeito ao desmatamento, ainda sejam encontradas em grande escala.

— Controlando a entrada de madeira nas serrarias — salientou — os infratores poderiam ser mais bem localizados, pois só se compra madeira legalmente com autorização de desmatamento concedida por nós.

Este controle, baseado nas infrações cometidas, ainda é precário, e os desmatamentos prosseguem em Muribeca, onde acabaram com as matas das nascentes, Itacolomi, Grandeza e Mocotó, com prejuízos semelhantes. Somente na Fazenda Grandeza a fiscalização encontrou mais de duzentos fornos de carvão. Em Madalena, contudo, esta atividade vem sendo praticada há muitos anos, a partir da passagem da economia agrícola para a pecuária.

Com a maior parte de suas matas desmatadas, o objetivo é preservar o Parque do Desengano: "É um serviço muito difícil, mas está previsto para o futuro a criação de subseções, nos pontos estratégicos da área delimitada pelo Governo estadual".

— Num só dia vistoriamos vinte e sete serrarias dentro do parque, e acreditamos que hajam muitas outras. Afinal, o metro cúbico da madeira custa entre Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00, a lenha, Cr\$ 50,00 o metro cúbico e o carvão, Cr\$ 15,00 o saco. Podemos assegurar, com certeza, que pelo menos 20 hectares da reserva já foi desmatada, dentre os cedros, vinháticos, guarabus e embaúbas.

Horto Municipal

Protegidas da fúria devastadora, centenas de espécies da flora tropical e temperada são encontradas nos 12 alqueires do Horto Municipal "Santos Lima", do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, localizado no perímetro urbano de Madalena. Fundado em julho de 1932 pelo Cmt. Ari Parreira, o atual diretor, Joaquim dos Santos Lima Júnior, cuida com extremo zelo das espécies em extinção,

como o cambucá e o abricó, e informa que o objetivo do horto é a produção de mudas para distribuir entre os produtores, "embora eles só se interessem pela pecuária".

O horto já teve diversas fases e títulos: Horto Florestal, Estabelecimento Agrícola, Horto Frutícola, Horto Florestal e Frutícola e a denominação atual.

Já não é preciso aditar outras razões para justificar a necessidade de um melhor entrosamento entre o Governo do Estado do Rio e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a fim de que sejam preservadas as riquezas naturais (flora e fauna) do território fluminense, permanentemente ameaçadas pela ação predatória do homem. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Salvador Julianelli.

O SR. SALVADOR JULIANELLI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Estado de São Paulo acaba de receber de Sua Santidade o Papa Paulo VI mais uma distinção Pontifícia, em virtude de haver sido erigida uma nova Diocese com sede em Limeira, para a qual vem de ser nomeado Bispo Diocesano o Revº Padre Tarcísio Ariovaldo Amaral, ex-Superior Geral da Congregação Redentorista.

Nascido em 23 de dezembro de 1919 em Tabatinga, São Paulo, Dom Tarcísio Ariovaldo recebeu seus votos religiosos na Congregação Redentorista, em 2 de fevereiro de 1938, tendo sido ordenado sacerdote em Araraquara, em 1º de agosto de 1943. Cursou o Seminário Menor em Aparecida e o Seminário Maior em Tietê. Doutorou-se em Direito Canônico e Civil, na Universidade Lateranense, em Roma, defendendo a tese "Faculdades e privilégios da Igreja do Brasil".

Exerceu suas atividades pastorais na paróquia e no santuário de Aparecida entre 1943 e 1947, tendo sido Professor de Direito e Sociologia no Seminário Maior de Tietê, instituição de ensino religioso da qual foi Reitor entre 1954 e 1961. Foi pároco de Nossa Senhora da Penha, em São Paulo, Conselheiro-Geral, Secretário-Geral e Procurador da Congregação Redentorista, em Roma, entre 1963 a 1967, de onde saiu para exercer o cargo de Superior-Geral de Sua Congregação, até 1973. Entre 1965 e 1973 foi Consultor da Comissão de Revisão do Direito Canônico em Roma e membro do Sínodo dos Bispos. Ao ser escolhido por Sua Santidade para a Diocese de Limeira, exercia o cargo de Assessor Jurídico da Conferência dos Religiosos do Brasil.

— Vê-se, Sr. Presidente, que a par de ter exercido as mais relevantes funções na hierarquia eclesiástica, Dom Ariovaldo, paulista de nascimento, desenvolveu suas atividades pastorais — à exceção do período em que serviu em Roma — no seu Estado Natal. Esta circunstância, que o credencia ao pleno e completo êxito de sua nova e relevante missão, é particularmente grata a quantos conhecem o devotamento desse ilustre Prelado à sua terra.

Dotado de uma erudição que não fez desaparecer o pastor humilde que Sua Exª Revmª sempre foi, Dom Ariovaldo assumiu suas novas funções, com as seguintes palavras, que me permito transcrever de sua primeira Mensagem:

O Espírito de Deus me chamou para integrar-me no Colégio dos bispos que sucede, como grupo, àqueles primeiros discípulos de Cristo. Ele me quis para o ministério episcopal, que perpetua na Igreja a presença do Cristo Ressuscitado, nela conservando-os poderes do Senhor.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, congratulo-me com o povo de Limeira, que vê ascender à direção do novo Episcopado uma figura de pastor, por todos os títulos, digno de nosso apreço e admiração. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gomes da Silva.

O SR. GOMES DA SILVA (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há poucos dias faleceu no Estado do Ceará o Dr. Hêlio Goes Ferreira, um dos médicos que mais serviços prestou à terra cearense. Seu colega, o Dr. Saraiva Leão, em bem lançado artigo, comenta a vida daquele facultativo, conforme passamos a ler:

Faleceu Hêlio Goes. E, coisa estranha, dentro na mesma cidade, morando na mesma rua — separados, apenas, por alguns quarteirões — só a 18-5 disseram-me que Hêlio agonizava. Mas, na verdade, já estava sepultado. Não tive conhecimento do estado desesperador em que se achava, e mesmo se o soubesse (a velhice enibia a gente), não tivera coragem de ir ao pé do leito mortal do amigo e do colega dos mais distinguidos, assistir-lhe aos derradeiros momentos.

Não posso ter remorso por não vê-lo ainda em vida, porque a notícia certa que me deram foi de que já se havia inumado. E foi bom, porque guardo-lhe sempre, na memória, a fâcies bem humorada, risonha e alegre. Não queria vê-lo inerte, lívido e frio!

A nossa amizade vinha de tempos quase imemoriáveis (1915-1916), quando ele estudava no Instituto Miguel Borges, dirigido pela figura sem par de Odorico Castelo Branco, e eu era auxiliar (prefeito de alunos) da mesma casa.

Hêlio, penso, vinha terminando seus preparatórios, e eu os iniciava, numa luta árdua, porque o dia todo me era tomado nos afazeres do Colégio, e só me sobejavam umas duas ou três horas, após o repouso dos alunos (das 21 às 24 horas)!

Ele, muitas vezes, me dizia, no seu tom brincalhão: "Você é muito velho, foi meu professor no colégio do Castelo!" "E, realmente, Hêlio era mais moço do que eu."

E lá se foi o homem digno e bom, o especialista competente e modesto, o maior oftalmologista que encontrei em Fortaleza quando aqui cheguei formado nos idos de 32. E era de ver-se como acolhia o pobre, o miserável, tratando-o e operando-o com o mesmo zelo e devotamento, com o mesmo galgalado que dava aos clientes pagos, de consultório.

Tive a ventura de ser, também, chefe de clínica de Otorrino, bem vizinha a dele. E quase sempre eu lá estava para vê-lo operar, para embevecer-me na perícia com que manejava o bisturi, sem tremer na abertura da câmara anterior do olho, para de lá, com a mesma precisão, retirar, encapsulado, o cristalino. Aprendi muita coisa com ele. Silvio Leal fez-se especialista e dos bons, com ele, seguindo-lhe a técnica e bebendo-lhe os conhecimentos.

Como cidadão, ninguém mais apurado mais cômico de seus deveres, principalmente para com o maior deles, o da família que, hoje, chora-lhe a perda irreparável.

Já faz alguns anos, Silvio Leal pediu-me que fizesse uma saudação a Hêlio que ia deixar, desolado, a clínica da Santa Casa. E lá fui eu satisfeito, dar-lhe, em nome dos seus auxiliares, o adeus derradeiro ao Mestre, que necessitava de repouso. Mas, dias depois, disseram-me que desistira e retornava ao trabalho! Não poderia deixar, ainda válido, a direção de um serviço bem montado, disciplinado e de grande valor no socorro ao desgraçado.

Disse eu na saudação: Hêlio Goes deixando este hospital deixa indelevel, indestrutível, inapagável o seu nome e os seus feitos.

Moços, que aqui trabalhais, recordai, sempre, com reconhecimento e ternura as lições de aprendizagem que vos ministrou o Mestre e, mais do que isto, a sua ação, o seu amor ao pobre, a retidão dos seus costumes, o exemplo magnífico que vos deu, de honradez, de dignidade, de probidade científica, de ética profissional.

E eu, de coração, e muito sensibilizado, trago ao emérito colega, e Mestre distinguido, o meu abraço de congratulação por tão esplêndida manifestação de apreço e cordialidade.

Hoje, que direi? Que luto pesado e sincero nos quebranta, sabendo que Hêlio já não é dos nossos, que não espargue mais, a mãos cheias, bens aos deserdados da sorte, aos cegos por quem se dedicava de corpo e alma!

Mas, eu vos prometo, contemporâneos meus, que o nome de Hêlio resplenderá, e cada dia será bendito pela multidão, não só de amigos, mas do mais infelicitado dos cegos que, mesmo sem o dom da visão, tiveram nele o iniciador, entre nós em hospital, da instrução, da educação do aprendizado de qualquer ofício para dar ao homem, que se tornaria válido e útil à sociedade.

E a casa dos cegos, por seus administradores e médicos deve erigir-lhe um busto no pórtico do Hospital que fundou e sustentou até a morte.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Juarez Bernardes.

O SR. JUAREZ BERNARDES (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O desenvolvimento do meio rural está intimamente ligado à eletrificação rural. Conscientes dessa assertiva, pululam pelo Brasil as cooperativas de eletrificação rural, objetivando propiciar aos seus cooperados esse fator primordial de desenvolvimento. Embora todo o sistema elétrico — a rede-tronco, as redes vicinais, os transformadores, as instalações de um modo geral — seja pago pelo cooperado que, por sinal, não fica nada barato, mesmo assim o agricultor se vê frustrado no desejo de prosperar, dada a morosidade com que são implantados os referidos projetos. Particularizando, analisemos o empenho com que a Cooperativa de Eletrificação Rural de Hidrolândia vem lutando pela implantação da segunda fase do projeto.

As dificuldades argüidas pela CELG foram sanadas e até a presente data nenhuma providência efetiva para implantação da segunda fase foi adotada.

Dirigimos, pois, o nosso apelo ao INCRA e à CELG — Centrais Elétricas de Goiás — para que as providências sejam tomadas com certa urgência e os proprietários rurais atendidos, não para a satisfação de uma vaidade, de o proprietário rural ter energia em sua propriedade, mas no sentido de multiplicar a capacidade produtora da terra, cujo maior beneficiário será o próprio Governo. A disseminação da eletrificação deve ser estimulada e incentivada, antes que o entusiasmo seja minado pela espera injustificada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Jorge Moura.

O SR. JORGE MOURA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Valiosa e culta contribuição para o momentoso e importante tema "Estatização x Desestatização" é o artigo publicado hoje, no *Jornal do Brasil*, de autoria do Sr. Senador Roberto Saturnino Braga, sob o título "Grande empresa e estatização", onde, de forma clara e definitiva, sepulta as justificativas falaciosas dos arautos da desestatização.

Essa é, sem dúvida, importante contribuição de um político para aclarar a cortina de fumaça montada pelas multinacionais no seu afã de desnacionalizar a economia brasileira. Por isso, Sr. Presidente, passo a ler o citado artigo, para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

GRANDE EMPRESA E ESTATIZAÇÃO

Roberto Saturnino Braga

A grande empresa é ao mesmo tempo uma exigência e uma consequência do próprio desenvolvimento.

A grande dimensão na escala das empresas está quase sempre associada a ganhos formidáveis em produtividade, em racionalização, em modernização e, por conseguinte, a

grandes reduções nos custos de produção. Nem tudo são vantagens, porém, nos atributos da grande empresa; como trazem o bem, elas também trazem o mal: a tendência ao monopólio, ao excesso de poder sobre os mercados; a concentração das decisões de investimento em um número reduzido de centros de decisão, constituindo focos potenciais de recessão; a possibilidade que tem de propagar as ondas inflacionárias; a influência política que podem exercer sobre a sociedade na busca dos seus interesses particulares. São aspectos negativos e altamente perigosos que nos levam a considerar desejável: 1) que nem todos os setores da economia sejam dominados por grandes empresas, mas, ao contrário, que haja um amplo campo reservado à pequena e à média empresa, isto é, à concorrência e à livre iniciativa; 2) que, nos casos em que seja indispensável a grande empresa, a sociedade disponha de meios de exercer sobre elas um efetivo controle político.

Há alguns setores da economia em que a presença de grande empresa é uma condição necessária, essencial ao desenvolvimento: são aquelas que fornecem matérias-primas, equipamentos ou serviços de larga utilização por todos os demais setores da economia. A produção a baixo custo, aí, é uma exigência imperiosa, absoluta; uma exigência de toda a economia. Nesses casos é preciso ficar bem claro — ao requerer a presença da grande empresa, não se pode mais falar em concorrência nem em livre iniciativa.

Em linhas gerais, compreendo como área obrigatoriamente destinada à grande empresa: 1) os chamados serviços de infra-estrutura (transporte, energia, telecomunicações); 2) a produção de matérias-primas fundamentais (petróleo, mineração pesada, aço, não ferrosos, química básica, fertilizantes, celulose); 3) a produção de bens de capital ou equipamentos básicos; 4) a comercialização no mercado internacional; 5) os bancos de fomento.

Esses são setores cujo desenvolvimento exige enormes concentrações de capital e de tecnologia, além de quase sempre demandarem grandes prazos para a maturação dos investimentos. Ademais, é inteiramente desejável que nesses setores a rentabilidade das empresas seja relativamente baixa, para benefício de todos os demais segmentos da economia. Eis já uma razão forte para a preferência pela iniciativa estatal nesse campo. Outra razão seria a que decorre do problema do controle político sobre a grande empresa, que preocupa todos os países capitalistas do mundo de hoje. É possível para o poder público apreciar e influir sobre os planos, os projetos e as contas das empresas governamentais; essa ingerência jamais seria aceita pela iniciativa privada.

Nesses setores que referi, ocorreu a chamada estatização no Brasil. Ocorreu apenas em parte, pragmaticamente, sem nenhuma fundamentação ideológica. Acho que essa estatização deve prosseguir, conservando apenas o que há de iniciativa privada brasileira nessa área, mas conquistando os segmentos tomados pelo capital estrangeiro e ocupando as partes dessa base econômica que ainda estão por construir. Nos demais setores, sempre que for possível a existência e o florescimento da pequena e da média empresa, e da liberdade de iniciativa por conseguinte, todos seremos em princípio contra a estatização.

No campo da grande empresa, não há alternativa senão dentro da opção: Estado ou multinacional. Excetuados poucos casos que podem ser contados nos dedos das mãos, a grande empresa privada nacional não se formará num horizonte de tempo de 50 anos, e o desenvolvimento do País não pode esperar por esse prazo. Por que não se formará? Por três razões principais:

1) Porque a nossa empresa privada é eminentemente familiar. Os donos querem mandar, querem decidir, e

resistem em admitir a administração profissional, a delegação ou a composição de interesses. Se a Romi, a Bardela e a Vilarés se fundissem, poderíamos ter uma grande empresa produtora de equipamentos, de capital privado nacional. Esse projeto, entretanto, é inviável, porque o Sr. Romi, o Sr. Bardela e o Sr. Vilarés querem todos continuar senhores das decisões. E é legítimo que assim seja. Tomei um exemplo ao acaso; existem dezenas de outros.

2) Porque o nosso capitalismo é incipiente, falta-lhe densidade, e não há mais no mundo de hoje — menos ainda no Brasil — um comportamento social, um padrão moral propiciador da poupança e da concentração, como houve nas primeiras etapas dos capitalismos hoje maduros. Aqui e agora tudo leva ao consumismo, e ao consumismo desenfreado, se não existir o freio do Estado, captando e concentrando poupanças. Ouço muitos clamarem contra a estatização da poupança mas o fato é que foi graças a ela que a taxa de investimento da economia nacional subiu ao nível de 22%, que aliás ainda é baixo. Não fosse o BNDE, o BNH, o conjunto de empresas estatais, o PIS, o PASEP, o FGTS etc... muito provavelmente ainda estaríamos com o investimento na faixa histórica de 15 a 18% do PIB, e não teríamos tido o avanço econômico dos últimos anos. Reconhecido esse fato, resta dizer que captar e concentrar compulsoriamente esse adicional de poupança para repassá-lo de mão beijada a grupos financeiros particulares é, evidentemente, pelo menos imoral.

3) Porque os detentores da poupança privada espontânea — a fatia de renda que sobra do festival de consumismo — preferem emprestá-la a juros com boas garantias, ou comprar imóveis, ou ainda especular na Bolsa ou no **open market**, do que aplicá-la na tomada de ações lançadas pelas empresas no mercado primário. Trata-se de uma preferência bem marcada e inelutável: o nosso pequeno e médio capitalista é antes de tudo um prestamista ou um especulador. O Governo procura contrabalançar esse impulso idiossincrático com incentivos materiais às aplicações em investimento. Em vão. Tudo leva a crer que, para surtir efeitos significativos, a soma desses incentivos teria que cair também na faixa da imoralidade. E é claro que o capitalismo, onde hoje está maduro, não foi construído assim.

O remédio, então, é aceitar essa realidade: ajudar a empresa familiar a crescer e a se modernizar; continuar captando poupanças compulsoriamente, elevar um pouco mais o nível dessa captação, e dar a esses recursos uma utilização racional e desenvolvimentista — prosseguindo na estatização dos setores básicos e dando apoio financeiro (a juros baixos) à pequena e à média empresa nacional; construir, enfim, o país como uma grande sociedade de economia mista, com os seus centros de decisão nacionalizados.

Das razões levantadas na campanha contra a estatização nenhuma até agora chega a convencer. A imagem do Estado como mau gerente é coisa do passado. Não precisamos mais discutir esse ponto. Fala-se em sufocação da iniciativa privada mas o que se vê é justamente o contrário: as empresas estatais favorecendo o crescimento das pequenas e médias companhias nacionais, seja pelo lado do fornecimento de matérias-primas (que se tivessem que ser importadas acabariam saindo a um custo proibitivo) seja pelo lado da encomenda de equipamentos e insumos. É certo que falta algo mais substancial no lado de ajuda financeira à pequena e média empresa por parte dos bancos de fomento. Mas isso é outra coisa: não tem nada contra a estatização; banco privado é que não vai dar esse tipo de ajuda.

Fala-se também na tendência ao totalitarismo. E aí está na verdade outra falácia. Quem puder que leia a magistral aula inaugural dada este ano pelo professor Afonso Arinos na Universidade de Minas. Lá ele destrói o mito da ligação entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, que só existiu nas formulações originais. Hoje não existe **nem** pode mais existir, simplesmente porque o liberalismo político se impõe no mundo ocidental, enquanto o liberalismo econômico se apaga. Quem não puder ler Afonso Arinos, observe o que se passa na Inglaterra, na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, e até nos EUA, onde a estatização avança continuamente e a democracia se afirma cada vez mais, a ponto de fazer com que até mesmo alguns Partidos comunistas se declarem dispostos a respeitá-la para ver se, com esse gesto, conseguem chegar ao Poder. Não. Não é pela estatização dos setores básicos que se vai chegar ao totalitarismo. Sob esse ponto de vista, deve preocupar muito mais a ação do CIP e do SNI, que vigiam as empresas e as pessoas, do que a mera presença de uma centena de companhias do Governo.

Se as razões alegadas contra a estatização não convencem, há todavia uma constatação que perturba: é a evidência de que a desnacionalização da nossa empresa privada prossegue, e até mesmo se acelera, sem que as vozes da "livre iniciativa se levantem contra ela. Agora surge até uma nova fórmula para dar maior velocidade ao processo: a transformação das dívidas das empresas brasileiras junto aos bancos estrangeiros em participação no capital, em ações com direito a voto. Aqui vejo um perigo muito maior. Mas isso já é outro assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 43, de 1976-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei

nº 1.459, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 42, de 1976-CN, com voto vencido do Deputado Humberto Lucena), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.458, de 19 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 40 minutos.)

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50